

N
Ti. Guit

FUNDAÇÃO RANGEL DE
SAMPAIO

RELATÓRIO E CONTAS
ANO 2024

Aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2025

Faculdade de Direito - Universidade de Coimbra



N
F. 624

Índice

Introdução e destaques.....	3
Perfil identitário.....	4
Estrutura	5
Ação Social	6
Conjuntura económica	7
Indicadores	10
Demonstrações financeiras	11
Notas anexas às Demonstrações financeiras.....	16

Introdução e destaques

O Relatório de Gestão e Contas da Fundação Rangel de Sampaio pretende sintetizar a informação mais relevante da atividade da Fundação Rangel de Sampaio em 2024, produzindo informação para a avaliação, interna e externa, do seu desempenho na sua área de missão (mecenato no ensino e ação social).

Financeiramente, e dado que a atividade da Fundação é em muito autofinanciada pela rentabilização e aplicação dos seus recursos, em boa parte financeiros, os resultados dependem de toda uma conjuntura mundial. Os indicadores económicos e financeiros da economia mundial no ano 2024 voltaram a ficar marcados pelas discrepâncias entre os dois principais blocos económicos e se, por um lado, os EUA se mostraram resilientes, mesmo num contexto de (elevada restritividade da política monetária, por outro lado, na Zona Euro, a atividade económica manteve-se débil, com principal destaque para o fraco desempenho das economias do centro. Com este pano de fundo, o ano de 2024 ficou marcado por uma ligeira desaceleração da atividade global.

Em termos de ação social, e apesar da conjuntura, deu-se continuidade à prossecução das políticas constantes em anos anteriores, por forma a dar continuidade ao mecenato e fins estatutários da Fundação Rangel de Sampaio.



Perfil identitário

Missão, valores e visão

A Fundação Rangel de Sampaio, fundada em 2 de Abril de 1963 pelo Decreto Lei 44 956, é uma pessoa coletiva de direito privado com estatuto de utilidade pública, instituída junto da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

A Fundação Rangel de Sampaio prossegue os seguintes fins:

- a) Apoiar financeiramente missões científicas ao estrangeiro dos Professores da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, devendo ser sempre efetuado um relatório digno de publicação;
- b) Atribuir bolsas de estudo a estudantes pobres e distintos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, a fim de lhe serem concedidos subsídios de alimentação e viagens de estudo ao estrangeiro;
- c) Disponibilizar e manter residências e instalações desportivas para estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
- d) Instituir o prémio Doutor Guilherme Moreira , em homenagem ao reformador dos estatutos de Direito Civil em Portugal, nos termos do Regulamento

Estrutura

Órgãos Sociais - Ano 2024 (eleitos a 2 Maio de 2022)

Conselho de Administração:

Professor Doutor Jónatas Eduardo Mendes Machado (Presidente)

Professor Doutor António Pinto Monteiro (Vogal)

Professor Doutor João Paulo Remédio Marques (Vogal)

Professor Doutor Francisco Manuel Brito Pereira Coelho (Vogal)

Professora Doutora Irene Seíça Girão (Vogal)

Conselho Executivo:

Professor Doutor Jónatas Eduardo Mendes Machado (Presidente)

Professor Doutor João Paulo Remédio Marques (Vogal)

Professor Doutor Francisco Manuel Brito Pereira Coelho (Vogal)

Conselho Fiscal:

Professor Doutor Manuel Carlos Lopes Porto (Presidente)

Professor Doutor José Casalta Nabais (Vogal)

Professora Doutora Ana Mafalda Castanheira Neves Miranda Barbosa (Vogal)

Conselho de Curadores:

Professor Doutor António dos Santos Justo (Presidente)

Professor Doutor José Manuel Aroso Linhares (Vogal)

Professor Dr. José Manuel Cardoso da Costa (Vogal)

Fr. Cui
N

Ação Social

No presente ano a ação social da Fundação Rangel Sampaio pode, em traços gerais, resumir-se a:

a – Atribuição de bolsas de estudo mensais → 16 Bolsas

b – Subsidição de estudos e missões → 13 Estudos/Missões

c – Cedência de uma residência universitária aos serviços de ação social * → 1 Residência

** c1 – Recebendo dos mesmos 9 bolsas de alojamento que se disponibilizam a alunos da FDUC*

** c2 - Recebendo dos mesmos 12 bolsas de alimentação que se disponibilizam a alunos da FDUC*

d – Atribuição de 5 prémios de mérito Doutor Manuel de Andrade

e - Atribuição de 1 prémio de mérito Doutor António Ribeiro Santos

f - Atribuição de 4 prémios de mérito Doutor Guilherme Moreira

Investimentos Financeiros – Análise de conjuntura

Dada a importância desta rubrica na sustentabilidade e garantia dos fins da Fundação Rangel Sampaio, segue uma memória descritiva que analisa o cenário económico, em particular do final do ano 2024 efetuada pelo banco BPI.

Evolução e avaliação do final de ano 2024

CONJUNTURA MACROECONÓMICA

O ano de 2024 voltou a ficar marcado pelas discrepâncias entre os dois principais blocos económicos: se, por um lado, os EUA se mostraram resilientes, mesmo num contexto de (ainda) elevada restritividade da política monetária, por outro lado, na Zona Euro, a atividade económica manteve-se débil, com principal destaque para o fraco desempenho das economias do centro. Com este pano de fundo, o ano de 2024 ficou marcado por uma ligeira desaceleração da atividade global. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento económico recuou de 3,3% em 2023 para 3,2% em 2024. Comparando a evolução da economia dos EUA com a da Zona Euro, o comportamento revelou-se distinto, com um crescimento débil na Zona Euro (com uma estimativa de 0,8%) e uma maior dinâmica nos EUA, impulsionado pelo consumo privado (expansão do PIB em 2,8%, semelhante ao ano anterior).

Os dois principais bancos centrais iniciaram o ciclo de relaxamento da política monetária

O processo global de desinflação continuou em 2024, com especial destaque para os EUA e a Zona Euro, o que permitiu que ambos os bancos centrais reduzissem em 100 p.b. as suas taxas de juro de política monetária face ao pico de 2023. No caso da Fed, a fed funds rate terminou o ano em 4,25%- 4,50%, enquanto no caso do BCE, a depo finalizou o ano em 3,0%.

No entanto, o último corte da Fed foi acompanhado por uma mudança clara no tom para uma posição mais cautelosa, justificado pela expectativa de uma inflação mais elevada em 2025 e 2026, menores riscos no mercado de trabalho e o facto de as taxas estarem 100 p.b. mais próximas da taxa neutral. A vitória de Donald Trump nas eleições de novembro também adiciona um novo fator de incerteza na evolução da inflação.

A atividade económica mundial deverá voltar a crescer ligeiramente acima dos 3% em 2025, mas abaixo da média histórica (2000-2019) de 3,7%. No entanto, este crescimento esconde padrões distintos; de facto, espera-se que os EUA continuem a crescer perto dos 3%, enquanto a Zona Euro deverá manter um crescimento anémico (1,0%), perante o impacto das tensões geopolíticas, débil indústria e questões políticas (com eleições na Alemanha e instabilidade política em França). Por sua vez, a China (4,6%) deverá beneficiar do pacote fiscal anunciado pelo Governo, assim como os efeitos de carryover de 2024.

A inflação nos dois principais blocos económicos deverá continuar a desacelerar, mas a agenda económica de Trump deverá trazer mais cautela na descida de taxas por parte da Fed. De facto, o recente dot plot dos membros da Fed aponta para apenas 2 cortes (quando, em setembro passado, apontava para 4). Por sua vez, na área do euro, tudo parece apontar para mais descidas, sendo expectável que a depo termine 2025 nos 2%.



MERCADO FINANCEIROS

O ano de 2024 marcou o início da flexibilização monetária. Grande parte do movimento nos ativos financeiros girou em torno do ajustamento das expectativas de política monetária dos investidores, com alguns episódios de alterações abruptas nas expectativas do mercado, à medida que os bancos centrais se ajustavam ao fluxo de dados macroeconómicos.

O outro acontecimento marcante foi a vitória de Donald Trump, com os investidores a reagirem com expectativas de inflação mais elevada e algumas dúvidas sobre o crescimento económico global.

Os mercados financeiros registaram outros marcos notáveis em 2024: o Banco do Japão encerrou a era das taxas negativas, as tensões geopolíticas no Médio Oriente aumentaram, as expectativas quanto aos benefícios da inteligência artificial (IA) impulsionaram o domínio das empresas tecnológicas nos mercados bolsistas, o S&P 500 registou dois anos consecutivos de ganhos acima dos 20% (pela primeira vez em mais de 25 anos), a bitcoin atingiu os 100.000 dólares e os ativos financeiros franceses sofreram uma revalorização (o prémio de risco francês quase duplicou e consolidou-se em níveis superiores ao português). Em termos gerais, o ano de 2024 encerrou com uma nota positiva nas bolsas, com o dólar a ser a moeda mais forte, mas com uma recuperação significativa das taxas soberanas, perante a perspetiva de uma inflação mais elevada nos EUA, a antecipação de adiamento da consolidação orçamental, as incertezas em torno do futuro geopolítico global e a incerteza quanto à continuação da flexibilização da política monetária.

Assim, o índice mundial MSCI ACWI acumulou ganhos de 15% (+20% em 2023) e, salvo alguns casos excecionais, a maioria dos principais índices bolsistas fechou o ano em alta. As Sete Magníficas (Apple, Amazon, Alphabet, Meta, Microsoft, Nvidia e Tesla) destacaram-se com ganhos acumulados de quase 50% em 2024, impulsionadas pelas expectativas de IA, tal como a bolsa japonesa (+19%), beneficiando de taxas de juro ainda próximas de 0% e de uma moeda mais fraca. Contudo, o rally de 2024, com um estímulo em novembro após a vitória de Trump, perdeu força depois de a Fed ter arrefecido as expectativas de cortes de taxas na reunião de dezembro.

O prémio de risco da dívida portuguesa face ao Bund reduziu de 63 p.b. no final de 2023, para 46 p.b. no final de 2024, inferior ao prémio de Espanha (68 p.b.), perante a dinâmica da atividade económica e o compromisso com a consolidação das contas públicas.

ECONOMIA PORTUGUESA

2024 arrancou com um robusto crescimento do PIB (0,6% em cadeia no 1T), apoiado no bom desempenho da procura externa. Já no 2T e no 3T, o desempenho foi mais modesto (0,2% em ambos). O ano foi ainda marcado pelo impacto acumulado da subida de juros, inflação ainda acima dos 2% e alguma incerteza política com eleições legislativas antecipadas. Assim, e considerando os dados positivos conhecidos até ao momento para o final de 2024, a economia portuguesa terá crescido 1,7% no conjunto do ano.

Por seu lado, o surto inflacionista foi-se dissipando gradualmente ao longo do ano e chegou-se mesmo a registar uma taxa homóloga de inflação abaixo dos 2% em agosto; no conjunto do ano, a taxa de inflação desacelerou de 4,3% em 2023 para 2,4% em 2024.

Em paralelo, o mercado de trabalho voltou a mostrar solidez: a taxa de desemprego situou-se perto de níveis mínimos (ligeiramente acima dos 6%), enquanto o emprego registou máximos históricos. Este contexto (crescimento do emprego e desinflação) foi relevante para a recuperação do rendimento real das famílias e, consequentemente, da resiliência da atividade económica.

Do lado das contas públicas, o compromisso com a consolidação orçamental manteve-se, sendo esperado que o saldo orçamental tenha terminado o ano em terreno positivo, ainda que em menor dimensão do que o observado em 2023 (1,2% do PIB) e justificado pelo menor dinamismo da atividade económica e medidas fiscais. Neste contexto, o rácio de dívida pública manteve a sua trajetória de redução, e deverá ter terminado o ano perto dos 94% do PIB (face a 97,9% em 2023).

Olhando para 2025, as perspetivas continuam positivas, suportadas pela resiliência do consumo (que beneficia da robustez do mercado de trabalho), da recuperação do rendimento disponível (tanto por via de aumentos salariais como pela desaceleração da inflação e redução dos juros) e do acumular de poupanças (no 3T de 2024, a taxa de poupança aumentou para 10,7%, o nível mais elevado desde 2010, excluindo os anos da pandemia). Também parece plausível aceleração do investimento, tanto por via da redução dos custos de financiamento como pelo facto de entrarmos no penúltimo ano de execução dos fundos NGEU. Neste contexto, a economia portuguesa deverá crescer ligeiramente acima dos 2% em 2025.

Perante esta conjuntura de evolução positiva da atividade económica, as contas públicas manter-se-ão ligeiramente excedentárias, a refletir também a implementação de medidas fiscais que contribuem para a redução de receita e aumento de despesa. O rácio de dívida pública, por sua vez, deverá aproximar-se dos 90% do PIB este ano.

Os riscos decorrem, principalmente, da vertente externa, como, por exemplo, um aumento do protecionismo e/ou impacto nos preços das principais matérias-primas do eventual agravamento de fatores geopolíticos. Internamente, aponta-se a fraca execução do PRR e o seu impacto no crescimento potencial.

SISTEMA FINANCEIRO

No final do 3T 2024, o rácio de transformação (crédito/depósitos) situava-se em torno dos 75%, uma redução de cerca de 3 p.p. face ao final de 2023 e de quase 12 p.p. face ao final de 2019, pré- pandemia. O rácio de capital CET 1 comportou-se de forma positiva, aumentando 0,6 p.p. no 3T 2024 face ao final de 2023, para 17,7%. Em paralelo, o rácio NPL total diminuiu para 2,6% (-0,1 p.p. face ao 4T 2023), um comportamento que espelha a maior robustez da situação financeira das famílias e empresas num contexto de condições financeiras mais restritivas.

Os riscos para a estabilidade financeira da economia portuguesa decorrem principalmente da conjuntura externa, tal como enunciado pelo Banco de Portugal no último relatório de estabilidade financeira, onde se destacam as tensões geopolíticas, a desaceleração da economia chinesa, a qualidade creditícia dos emitentes soberanos e os eventuais choques inflacionistas (que poderiam reverter o atual ciclo de descida das taxas de juro de política monetária). Ao mesmo tempo, aponta que as empresas portuguesas estão, essencialmente, expostas a eventos geopolíticos e ao abrandamento da economia da Zona Euro, enquanto as famílias estão essencialmente expostas a desenvolvimentos económicos que possam afetar o seu rendimento. No caso do mercado imobiliário, os riscos assentam num potencial evento económico que adie a redução das taxas de juro ou agravem a restritividade da política monetária, enquanto na Administração Pública o principal risco continua a ser o (ainda) elevado endividamento. Por fim, no sector bancário, salienta-se a exposição ao mercado imobiliário e dívida pública, a par dos impactos das alterações climáticas e digitalização.

A descida das taxas de juro e outras medidas contribuíram para o dinamismo no mercado de crédito.

N
F. G. S.

Em novembro, a carteira de crédito do setor privado não financeiro aumentou 2,0% homólogo (0,3% no segmento empresarial e 2,9% nos particulares). Até novembro, a nova contratação aumentou mais de 20% homólogo, resultado da evolução positiva em todos os segmentos de crédito, com especial destaque para o crescimento superior a 32% do novo crédito à habitação e de mais de 13% no crédito às empresas. No caso da nova contratação de crédito à habitação, destaca-se o impacto das medidas fiscais destinadas aos jovens nos últimos meses do ano. No mesmo período, os depósitos do setor privado não financeiro aumentaram 7,0% homólogo (7,6% nos particulares e 5,2% nas empresas).

Principais Indicadores Económicos da Fundação Rangel de Sampaio – Anos 2023 / 2024

Fica uma breve síntese dos rácios e indicadores relevantes de carácter económico-financeiro dos anos 2023/2024:

Rubrica	2024	2023	Var	% Var
Resultado do Período	131.033,79 €	129.206,24 €	1.827,55 €	1,4%
Rendimentos	293.002,35 €	315.359,32 €	-22.356,97 €	-7,1%
Gastos	161.968,56 €	186.153,08 €	-24.184,52 €	-13,0%
Activos	4.883.630,16 €	4.945.234,71 €	-61.604,55 €	-1,2%
Passivos	72.439,06 €	265.077,40 €	-192.638,34 €	-72,7%
Fundos Patrimoniais	4.811.191,10 €	4.680.157,31 €	131.033,79 €	2,8%

Rácios de Liquidez

Liquidez Geral	188,89	63,23	125,66	198,7%
Liquidez Reduzida	188,89	63,23	125,66	198,7%

Rácios de Solvabilidade e Autonomia

Autonomia Financeira	0,99	0,95	0,04	4,1%
Solvabilidade Financeira	66,42	17,66	48,76	276,2%
Capacidade de Endividamento m/l	0,99	0,96	0,03	3,1%

Rácios de Rendibilidade

Rendibilidade dos Rendimentos	44,72%	40,97%	3,75%	9,2%
Rendibilidade do Activo	2,68%	2,61%	0,07%	2,7%
Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais	2,72%	2,76%	-0,04%	-1,3%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Rúbricas	Notas	31 Dezembro 2024	31 Dezembro 2023
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	4	306.743,37	297.717,63
Bens do Património Histórico e Cultural		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos Financeiros		0,00	0,00
Fundadores / Beneméritos / Patrocinadores / Doadores / Associados / Membros		0,00	0,00
Outros Créditos e Activos não correntes	11+17	2.865,84	2.865,84
		309.609,21	300.583,47
ACTIVO CORRENTE			
Inventários		0,00	0,00
Créditos a receber	17	6.372,25	7.786,56
Estado e outros entes públicos	16	0,00	3.914,38
Fundadores / Beneméritos / Patrocinadores / Doadores / Associados / Membros		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros activos Correntes	11+17	2.466.538,28	2.366.352,19
Caixa e depósitos bancários	17	2.101.110,42	2.266.598,11
		4.574.020,95	4.644.651,24
TOTAL ACTIVO		4.883.630,16	4.945.234,71
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		4.678.156,20	4.548.949,96
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos Fundos Patrimoniais		2.001,11	2.001,11
Resultado líquido do período		131.033,79	129.206,24
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		4.811.191,10	4.680.157,31
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões		0,00	0,00
Provisões Específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	3	48.223,87	191.623,88
		48.223,87	191.623,88
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	16	542,34	1.206,50
Fundadores / Beneméritos / Patrocinadores / Doadores / Associados / Membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	17	17.192,52	64.884,99
Outros passivos correntes	17	6.480,33	7.362,03
		24.215,19	73.453,52
TOTAL DO PASSIVO		72.439,06	265.077,40
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		4.883.630,16	4.945.234,71

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

N
Tá Gm

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e Serviços Prestados		0,00	0,00
Subsídios, Doações e legados à exploração		0,00	0,00
Variação nos Inventários da Produção		0,00	0,00
Trabalhos Para a Própria Entidade		0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e Serviços Externos	17	-89.603,09	-68.815,18
Gastos Com o Pessoal		0,00	0,00
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de Justo Valor	8+17	87.346,53	95.127,09
Outros Rendimentos	8+17	149.710,07	124.452,39
Outros Gastos		-35.149,01	-48.070,23
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		112.304,50	102.694,07
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	4	-11.325,48	-10.759,28
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		100.979,02	91.934,79
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	8+10+17	30.992,96	39.063,78
Juros e Gastos Similares Suportados	17	-938,19	-1.792,33
Resultado antes de impostos		131.033,79	129.206,24
Imposto Sobre o Rendimento do Período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		131.033,79	129.206,24

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

N
Tor. Casa

FUNDAÇÃO RANGEL SAMPAIO
FACULDADE DIREITO UNIVERSIDADE COIMBRA
3004-545 COIMBRA
Contribuinte: 500 122 261

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

Exercício: 12/2024

PAG. 1 de 1

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2024	2023
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes (+)		85.155,19	75.394,54
Pagamentos apoios (-)		(10.060,00)	(9.426,00)
Pagamentos subsídios (-)			
Pagamentos bolsas (-)		(24.750,00)	(27.750,00)
Pagamentos a fornecedores (-)			
Pagamentos ao pessoal (-)			
Caixa gerada pelas operações		50.345,19	38.218,54
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos (+) /pagamentos (-)		(204.635,72)	(9.362,87)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(154.290,53)	28.855,67
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(34.330,03)	(41.108,51)
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos		(507.049,48)	(703.681,89)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos		530.182,35	689.418,38
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(11.197,16)	(55.372,02)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(165.487,69)	(26.516,35)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.266.598,11	2.293.114,46
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.101.110,42	2.266.598,11

NOTAS ANEXAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

N
Tir. Gull

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO

Exercício: 12/2024

FUNDAÇÃO RANGEL DE SAMPAIO
FACULDADE DE DIREITO UNIV. COIMBRA
3004-545 COIMBRA
Contribuinte: 500122261

Pág. 1 de 1

Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade mãe											
DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO - 2024	1	0,00	0,00	2.001,11	4.548.949,96	0,00	0,00	129.206,24	4.680.157,31	0,00	4.680.157,31
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção do novo referencial contábilístico											
Alterações de políticas contábilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais					129.206,24			-129.206,24	0,00		0,00
	2	0,00	0,00	0,00	129.206,24	0,00	0,00	-129.206,24	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							131.033,79	131.033,79		131.033,79
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							131.033,79	131.033,79		131.033,79
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, Doações e Legados											
Distribuições											
Outras operações											
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO - 2024	6=1+2+3+4+5	0,00	0,00	2.001,11	4.678.156,20	0,00	0,00	131.033,79	4.811.191,10	0,00	4.811.191,10

Unidade monetária (1)

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

1 – Identificação da entidade

1.1 - Designação da entidade: Fundação Rangel de Sampaio – NIF 500 122 261

1.2 - Sede: Pátio da Universidade – Faculdade de Direito Universidade Coimbra – 3004-545 Coimbra

Telefone: +351 239 859 801/02

Fax: +351 239 823 353

Endereço eletrónico: rsampaio@fd.uc.pt

Página da internet: <http://www.uc.pt/fduc/frs>

1.3- Natureza da atividade: Fundação com fins de de contribuição para a difusão e transferência do conhecimento nos mais diversos domínios, em interligação com a sociedade, não só a nível nacional, mas também internacional em ligação com a Universidade de Coimbra.

2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - As demonstrações Financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram a normalização contabilística para as entidades do sector no lucrativo (ESNL) DL n.º 36-A/2011 de 9/03.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;

Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;

NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 de Julho; e

Normas Interpretativas (NI).

Sempre que na presente norma existam remissões para as Normas Internacionais de Contabilidade, entende-se que estas se referem as adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho e em conformidade com o texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade devesse recorrer, tendo em vista tao somente a superarão dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

a) As NCRF e Normas Interpretativas (NI);

b) As Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho;

c) As Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do

Período anterior.

N
Foi

Não existem conteúdos que não sejam comparáveis com o exercício anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos efectuados de acordo com as normas contabilísticas estabelecidas para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL) com base nos seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos a medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data, são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos, conforme decreto-regulamentar número 25/2009 de 14 de Setembro com as ressalvas constantes das notas abaixo na mensuração das respectivas taxas de depreciação por classe.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente as quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As taxas de depreciação utilizadas no exercício foram (em %):

Edifícios e outras construções - 2,00%

Equipamento básico - 2% *(considerados maioritariamente como elementos habitacionais indistintos ao edifício e de valor materialmente irrelevante)*

- Imposto sobre o rendimento

A Fundação Rangel de Sampaio encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) ao abrigo do art.º 10 do respetivo código.

- Meios financeiros líquidos

Este item inclui depósitos à ordem e depósitos a prazo.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

A conta 2784 regista o valor remanescente devido referente ao projeto da construção da futura biblioteca da faculdade de Direito da U.C. A conta 2785 regista a 31/12/2024 o valor de cheques de bolseiros/missões/prémios/FSE correntes e as comissões bancárias de Gestão 4º Trimestre e de Performance do ano 2024 do BPI, não debitados à data no banco.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurado, ser provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até a maturidade.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

Nas lacunas das normas referidas, foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro Gerais como referenciado no ponto 2. (No ano 2017 foi solicitado parecer à O.C.C. acerca de qual a classificação adequada para as moedas de ouro detidas em cofre, sendo que de acordo com o respetivo parecer entendeu-se criar uma conta de classe zero (livre) no balancete que detém o montante na conta de classe livre (011), onde permanecem e se mantêm à data do final do exercício.)

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção, nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações. Dada a importância dos activos financeiros na sua sustentabilidade são delegadas nas entidades bancárias as

2
10.000

responsabilidades de gestão dos mesmos com risco mínimo possível para a prossecução dos fins estatutários da Fundação.

- Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e suposições efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, iii) provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível a data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Quando existem ganhos e perdas de natureza cambial, os mesmos são refletidos nas respectivas subcontas de classe 6 (subconta 6928) e 7 (subconta 7861). Tanto as contas de disponibilidades como as de investimentos financeiros e instrumentos financeiros estão transpostas em euros com os valores fornecidos pelo Banco BPI e respectivas taxas de câmbio do Banco de Portugal à data de fecho do exercício do ano em questão.

- Outros valores a receber

As contas de "Outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas. Os indicadores económicos e financeiros da economia mundial no ano 2024 ficaram marcados por uma ligeira desaceleração da atividade global, tendo em conta este cenário não se conseguirá à data perspectivar um acréscimo e/ou redução significativo(a) da carteira de investimentos no próximo ano. Sendo assim, entendeu-se por bem não efectuar qualquer ajustamento.

- Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

- Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão teve como base a aplicação de políticas contabilísticas referidas nas NCRF. Não foram necessários juízos de valor para a aplicação de políticas contabilísticas.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

- Ativos fixos tangíveis

Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Equipamentos Biológicos	Outros AFT	AFT em Curso	Adiantamentos / AFT	Total
Valor Bruto no início	0,00	538.824,46	1.340,00	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	557.733,50
Depreciações Acumuladas	0,00	252.232,79	589,60	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	270.391,43
Saldo no início do período	0,00	286.591,67	750,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	287.342,07
Variações do período	0,00	19.428,10	-26,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.401,30
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total diminuições	0,00	11.298,68	26,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.325,48
Depreciações do período	0,00	11.298,68	26,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.325,48
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	30.726,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.726,78
Saldo no fim do período	0,00	306.019,77	723,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	306.743,37
Valor bruto no fim do período	0,00	569.551,24	1.340,00	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	588.460,28
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	263.531,47	616,40	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	281.716,91

(valores em Euros)

4.1 - Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos, conforme decreto-regulamentar número 25/2009 de 14 de Setembro com as ressalvas constantes das notas abaixo na mensuração das respectivas taxas de depreciação por classe.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente as quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

O valor da melhoria da fracção 4C + 3E no imóvel da Rua General Humberto Delgado, registada na conta 4532 - Activos fixos tangíveis foi saldada pelo fim das obras para o ativo fixo tangível, perfazendo um valor global de 30.726,78 eur.

As taxas de depreciação utilizadas no exercício foram (em %):

Edifícios e outras construções - 2,00%

Equipamento básico - 2% (considerados maioritariamente como elementos habitacionais indistintos ao edifício e de valor materialmente irrelevante)

8 - Rédito

8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

8.1.a) - Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurado, ser provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a

uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até a maturidade. Os juros da carteira de investimentos foram refletidos na rubrica Juros abaixo numa subconta específica.

8.1.b) - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rub.	2024	2023	Var	% Var
Ganhos por aumentos de justo valor	112.299,32 €	151.843,15 €	-39.543,83 €	-26%
Outros rendimentos e ganhos	149.710,07 €	124.452,39 €	25.257,68 €	20%
Juros	30.992,96 €	39.063,78 €	-8.070,82 €	-21%
Total	293.002,35 €	315.359,32 €	-22.356,97 €	-7%

10 . Efeitos das alterações em taxas de câmbio

Os ajustamentos da carteira de investimentos em aplicações de/em moeda externa são feitos com base nas cotações do Banco de Portugal. Os efeitos das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados do período encontram-se resumidas no quadro abaixo:

Conta	Rubrica	2024
7861	Diferenças de câmbios favoráveis	304,86 €
6928	Diferenças de câmbios desfavoráveis	938,19 €

11 . Instrumentos financeiros

11.1 – A classificação da conta de Instrumentos Financeiros (conta 1421), (de acordo com parecer solicitado à O.C.C.), é a mais adequada para os activos expressos no balanço. A mensuração foi feita ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados numa base de ajuste mensal, por forma a manter o Orgão de Gestão informado e actualizado dos montantes investidos (vide nota 17.6 – contêm valores descritos por subconta).

11.2 – A cotação de mercado dos instrumentos financeiros mensurados a justo valor está expressa e validada nos extractos bancários mensais

12 . Benefícios dos empregados

12.1 – O número médio de empregados da Fundação Rangel de Sampaio durante o período de relato financeiro foi zero.

12.3 – Os órgãos directivos não são remunerados

N
Tb. Gub

16. – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

16.1 – Informação por actividade económica e por mercado geográfico

Rubrica	CAE 1 - 2024	CAE 2 - 2024
Vendas	0,00 €	
de Mercadorias	0,00 €	
Prestações de serviços	0,00 €	
Ganhos por aumentos de justo valor	112.299,32 €	
Outros Rendimentos e Ganhos	149.710,07 €	0,00 €
Juros	30.992,96 €	
Compras	0,00 €	
Fornecimentos e serviços externos	89.603,09 €	
CMVMC	0,00 €	
Mercadorias	0,00 €	
MP's, Subsidiárias e de Consumo	0,00 €	
Gastos com Pessoal	0,00 €	
Remunerações	0,00 €	
Outros Gastos	0,00 €	
Activos Fixos Tangíveis	306.743,37 €	
Valor líquido final	306.743,37 €	
Propriedades de Investimento	0,00 €	

16.2 – Decomposição e movimento dos Fundos Patrimoniais

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade mãe									
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO - 2024	1	0,00	0,00	2.001,11	4.548.949,96	0,00	0,00	129.206,24	4.680.157,31	0,00	4.680.157,31
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção do novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais					129.206,24			-129.206,24	0,00		0,00
	2	0,00	0,00	0,00	129.206,24	0,00	0,00	-129.206,24	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							131.033,79	131.033,79		131.033,79
RESULTADO INTEGRAL	4+2+3							131.033,79	131.033,79		131.033,79
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, Doações e Legados											
Distribuições											
Outras operações											
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO - 2024	6=1+2+3+5	0,00	0,00	2.001,11	4.678.156,20	0,00	0,00	131.033,79	4.811.191,10	0,00	4.811.191,10

Unidade monetária (1)

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

N
Tais

16.3 – Estado e Outros Entes Públicos / Impostos em mora

A Fundação apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações nos prazos legalmente estipulados.

Em 31/12/2024 apresenta a seguinte decomposição da conta 24:

Conta	Rubrica	31-12-2024
24	ESTADO - RETENÇÕES	-542,34 €
2436	IVA A PAGAR	-542,34 €

17 – Outras informações

17.1 – Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Rubrica	2024	2023	Var	% Var
Serviços Especializados	65.784,31€	32.548,18 €	33.236,13 €	102%
Honorários	8.615,00 €	8.940,00 €	-325,00 €	-4%
Conservação e Reparação	203,26 €	13.247,60 €	-13.044,34 €	-98%
Serviços Bancários	12.928,70 €	13.732,59 €	-803,89 €	-6%
Ferramentas e Utensílios	271,15€	35,99 €	235,16 €	653%
Energia e fluidos	86,41€	64,82 €	21,59 €	33%
Serviços Diversos	174,26 €	246,00 €	1468,26 €	597%
Total FSE	89.603,09 €	68.815,18 €	20.787,91€	30%

17.2 - Discriminação de outras contas a pagar e a receber

Conta	Rubrica	Saldo 31/12
2721	Devedores por acréscimo de Rendimentos	4.453,94 €
27211	Devedores por acresc. Rendimentos - Juros a receber	4.453,94 €
278	Outros devedores e credores	-52.785,89 €
2782	Rendas em dívida	1855,81€
2784	Gestão Futura Biblioteca FDUC	-48.223,87€
2785	Out. Dev. e Cred. - Bolsas/BPI	-6.480,33 €
2787	Out. Dev. e Cred. - Cofre BPI 262	62,50 €

17.3 - Discriminação dos diferimentos

Conta	Rubrica	Saldo 31/12
282	Rendimentos a reconhecer	17.192,52 €
2821	Rendimentos a reconhecer - Rendas antecip.	7.892,52 €
2822	Rendimentos a reconhecer - Bolsas / Premios atribuir	9.300,00 €

N
T.C. 24

17.4 - Discriminação dos outros gastos e perdas

Conta	Rubrica	2024
688	Outros	338,72 €
6881	Correcções períodos anteriores	0,03 €
6886	Perdas em instrumentos financeiros	338,69 €
6887	Outros gastos e perdas	34.810,00 €
68870	Outros gastos e perdas - Bolsas FRS	24.750,00 €
68871	Outros gastos e perdas - Desl./Bolsas FRS	6.250,00 €
68879	Outros gastos e perdas - Premios/Out FRS	3.810,00 €
6888	Outros não especificados	0,29 €

17.5 - Discriminação dos outros rendimentos e ganhos

Conta	Rubrica	2024
781	Rendimentos Suplementares	2.266,42 €
78162	Outros Rend. Suplementares - Rendas Meo	2.266,42 €
786	Rendimentos e Ganhos Rest.Act. Financeiros	304,86 €
7861	Diferenças de câmbios favoráveis	304,86 €
787	Rendimt. e ganhos rest. activos nao fin	85.603,47 €
7873	Rendas e outr. Rend. Prop. Invest.	85.503,47 €
788	Outros	61.635,32 €
7881	Correcções relativas períodos anteriores	4,00 €
7884	Ganhos em instrumentos financeiros	12.431,32 €
7886	Outros Rend. - Atrib.Bolsas/Premios	49.200,00 €

17.6 – Instrumentos Financeiros

Relativamente aos instrumentos financeiros, estão valorizados ao justo valor com evidência de informação fiabilizada pelo Banco BPI e respectivas cotações de moeda externa valorizados ao câmbio do Banco de Portugal disponibilizada em extratos valorizados numa base de cotação mensal, anexos a este relatório conjuntamente com toda a informação contabilística, divididos da seguinte forma:

Conta	Rubrica	31-12-2024
14211	Activos Financ. - Fund.Inv.	1266.607,51€
14212	Activos Financ. - Papel Comercial	0,00 €
14213	Activos Financ. - Carteira de Titulos	842.241,80 €
14214	Activos Financ. - Fundos Flex.	242.364,83 €
14215	Activos Financ. - Fundos Imob.	115.324,14 €
Total		2.466.538,28 €

17.7 - Fluxos de caixa

Comentário do órgão de Gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todas as quantias evidenciadas no Balanço, a 31 de dezembro de 2024, estão disponíveis para uso.

Os valores dos fluxos de caixa, dada a movimentação input/output de instrumentos financeiros, embora contenha valores elevados, é passível de resgate em curto período de tempo tendo elevada liquidez.

17.8 - Valores em caixa e depósitos bancários

Conta	Rubrica	31-12-2024
11	Caixa	1.215,88 €
12	Depósitos à ordem	577.676,13 €
13	Depósitos a prazo	1.522.218,41 €

1) Contas 12 e 13 contêm valor de contrapartida parcial correspondente à conta 2784 – Aux. 42 (vide Nota 3.1)

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto.

17.9 - Acontecimentos após a data do Balanço

Nada a referir

17.10 - Autorização para emissão

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração para emissão em 31 de março de 2025.

17.11 - Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do Balanço acerca de condições que existiam à data do Balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face as novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

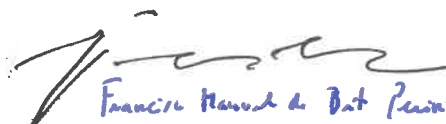
Não foram recebidas informações que justificassem a alteração das divulgações já efetuadas.

18 - Acontecimentos após a data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas

Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Conselho Executivo


Francisco Manuel de Brito Pereira Guedes

Fundação Rangel de Sampaio
Relatório de Gestão e Contas 2024

O Contabilista Certificado


216253748
57019